

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo*

Class.: 35

Data: 18.07.76

Pg.: 26

## Ataque aos baroros não afeta a demarcação

Apesar do ataque perpetrado por 62 posseiros na quinta-feira contra a sede da missão salesiana, na aldeia bororo de Merure, durante o qual foram assassinados o padre Rodolfo Lunkenbein e o índio Simão, o trabalho de demarcação da reserva continuará normalmente. A decisão foi tomada ontem, momentos antes do sepultamento do corpo do missionário, na primeira reunião dos últimos doze meses entre o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, e a cúpula do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — representada por seu próprio presidente, o bispo dom Thomas Balduino.

Até o início da noite não se sabia ainda se os próprios índios bororos, auxiliados pelos xavantes de São Marcos e Sangradouro, seriam designados para dar apoio e defender as equipes de topógrafos contra eventuais ataques dos posseiros. Na manhã de hoje o presidente da Segurança de Mato Grosso, a quem pedirá reforços para a continuação do trabalho. A opinião dos missionários é de que os próprios índios deveriam garantir essa continuidade, enquanto o general Ismarth acha não se deve transformar os bororós em policiais, principalmente devido ao momento psicológico que eles vivem.

Ontem o clima continuou tenso, com a chegada de reforços policiais.



A ação da reconforta os bororos, mas ódio aos invasores continua

### Saídas estão sob vigilância

A Polícia continua patrulhando toda a área nas proximidades da aldeia dos bororos, à procura dos participantes do ataque de quinta-feira.

Os índios, embora um pouco reconfortados com a determinação das autoridades de punir os agressores, ainda dão mostras de intenso ódio que a princípio os levou a organizar expedições pela área, com a idéia de capturar os posseiros.

Os policiais estão vigiando todas as estradas da região, por onde nenhum veículo passa sem ser revistado. O tenente Frederico Carlos Lepester, que comanda a operação, distribuiu também vários soldados nas imediações das casas dos posseiros, à espera de que eles voltem para apanhar alguma coisa antes da fuga definitiva.

Além de João Marques de Oliveira — O João Mineiro — e Alair Borges, apontados

como os líderes do ataque a Merure, a Polícia já sabe ao menos os nomes pelos quais são conhecidos alguns dos outros agressores, que continuam sendo intensamente procurados: Benigno, Menelvinho, Vilmar e Miguez, este identificado como dono da camioneta em que foram transportados até a aldeia, presos, alguns índios e um topógrafo que realizavam a demarcação da área, numa operação que precedeu o tiroteio.

## Avanço branco pode acirrar a luta

ELIANA LUCENA  
Da Sucursal de Brasília

O ataque de fazendeiros à aldeia bororo, em Mato Grosso, que culminou com a morte do missionário Rodolfo Lunkenbein, apesar do seu aspecto trágico, poderá, na opinião de técnicos indigenistas, motivar as autoridades do governo no sentido de uma solução mais rápida dos problemas de terras, especialmente na Amazônia. Caso não haja uma ação nesse sentido, é certo que atritos semelhantes irão eclodir, pois a crescente ocupação dessas áreas ocorre paralelamente a um processo cada vez maior de conscientização das populações indígenas.

Os técnicos ligados à Funai e mesmo de setores repositivos pela ocupação da Amazônia, reconhecem que a região está vivendo atualmente uma fase bastante especial, que deverá agravar a pressão exercida sobre índios e posseiros. Com a abertura das grandes vias de penetração, a exploração econômica da Amazônia está se tornando cada vez mais promissora, e muitos proprietários de terras que antes mantinham suas glebas intocadas partiram para a sua ocupação efetiva, implantando projetos econômicos.

No caso específico dos índios, a Funai, na verdade, tem se empenhado "numa luta contra o tempo", como afirmou o presidente do órgão, general Ismarth de Araujo Oliveira. No entanto, seu ritmo de trabalho quase sempre tem sido dificultado pela ação morosa de outros órgãos — dos quais depende para resolver o problema das terras indígenas — como o Incri e o Ministério do Interior. Embora seja prevista a emissão de uma certidão negativa da presença de índios pela Funai, para a aquisição de terras na Amazônia, na realidade toda essa área está sendo retalhada sem que as terras indígenas sejam respeitadas.

O problema da Funai não é só com os fazendeiros. Mais grave é o das centenas de posseiros que, desalojados das grandes fazendas, procuram as áreas indígenas, ali se fixando. Numa situação de extrema miséria — talvez pior que a dos índios, que contam com a proteção do órgão oficial — estes posseiros têm criado graves problemas, pois a Funai, para retirá-los

da área, precisa do apoio do Incri.

### IRREVERSÍVEL

A idéia é reassentar os invasores em áreas selecionadas pelo Incri, mas, até agora, as soluções ficaram apenas no papel. Amplios levantamentos foram feitos das áreas indígenas do Sul do País, em áreas de Goiás, como Tocantins, onde os atritos entre posseiros e índios vêm se desenrolando desde 1970. A reserva xerente foi criada por Decreto, mas os órgãos oficiais não encontraram até agora uma solução para a retirada dos invasores. Na região do Culuene, em Mato Grosso, a Funai enfrenta o mesmo problema: a área indígena dos xavantes foi ocupada por colonos que ergueram até uma cidade, o povoado de Novo Paraíso. Em Rondônia, as terras dos índios cintas-largas foram invadidas por colonizadores particulares, há alguns anos, e mais recentemente pelos projetos do Incri. No caso dos cintas-largas, a ocupação é tão irreversível que, ao invés de tentar retirar os índios a Funai vai transferi-los para um outro local, a fim de evitar que o grupo, contactado pela primeira vez em 1968, desapareça por completo.

No Acre, onde até agora a Funai não dispunha de qualquer infra-estrutura, os técnicos indigenistas estão elaborando um projeto urgente para a discriminação das terras dos índios.

No Acre, na verdade, os índios não têm terras e, em sua grande maioria, foram escravizados nos grandes seringais, não tendo qualquer noção de seus direitos à posse da terra que habitam. Já os índios do Maranhão, como os gualajaras, cujas terras foram invadidas, estão mais conscientizados e, a exemplo dos xavantes, já atacaram povoados e reivindicam junto à Funai a criação de suas reservas.

Diante desse quadro, mais uma vez pode ser discutido o por que da ineficiência da Funai. Em todos os episódios que ocorreram nos últimos anos, com a intensificação da ocupação da Amazônia, ficou clara a total falta de apoio do órgão, visto sempre como um entrave aos programas de desenvolvimento do próprio Ministério do Interior, ao qual está vinculada. A este fator soma-se a grande

crise interna enfrentada pela Funai, que só agora parece estar conseguindo resolver as suas contradições, buscando uma linha pelo menos teórica mais coerente de atuação junto aos grupos tribais.

### O POSSEIRO

A questão das terras indígenas, de modo algum, pode ser dissociada da problemática do resto da população sem terra, especialmente na Amazônia. O posseiro e o índio vivem situações bastante semelhantes, dependendo do apelo de órgãos que vivem contemporizando os problemas que surgem, não seguindo diretrizes firmes para a realização de uma ação mais produtiva. Se a Funai não consegue resolver os problemas das terras indígenas, o próprio Incri também vê dificuldades nesse sentido, recentemente admitidas pelo seu presidente, Lourenço Vieira da Silva.

Segundo ele, o programa fundiário desenvolvido pelo órgão tem sido muito prejudicado, tornando-se um fator limitante ao desenvolvimento de um programa mais ambicioso, com vistas à regularização de posse, especialmente na Amazônia Legal. Para ele, a ação de elementos inescrupulosos, que utilizam métodos fraudulentos para o registro indevido de vastas áreas de terras da União, tem constituído um dos principais obstáculos à realização dos objetivos do Estatuto da Terra.

Enquanto o INCRÁ não consegue tornar efetivo seu trabalho, buscando um real apoio aos posseiros, cria-se

uma tensa e difícil situação. Os posseiros sabem que sem a terra perderão a fonte de renda dos Trabalhadores na Agricultura afirma que as esferas de decisão estadual, mais sensíveis ao envolvimento político e com pouco planejamento na ocupação de terras em sua área, não têm sido bastante eficientes para evitar conflitos entre posseiros que cultivam a terra de longa data e os grandes beneficiários dos incentivos fiscais.

A Contag aponta ao todo dezessete áreas de maior tensão social, atualmente, localizadas principalmente ao longo das rodovias construídas ou em construção nos vales úmidos, em áreas férteis ou de florestas ricas em madeira de lei.

Essas áreas na Amazônia Legal, envolvem o complexo Xingu-Araguaia, situado no nordeste de Mato Grosso e Sul do Pará, onde grandes projetos se desenvolvem, sob a influência das BRs 242, 158 e 180, abrangendo as regiões de São Miguel do Araguaia; Suia-Missu e Conceição do Araguaia; a pré-Amazônia maranhense, área povoada especialmente por migrantes nordestinos, sob influência da Belém-Brasília; a São Luís-Belém e a Santa Luzia-Acaulândia; e os vales dos rios Mearim e Pindaré-Mirim, tendo Imperatriz como principal pólo econômico.